



2023/2788

11.12.2023

DECISÃO (UE) 2023/2788 DO CONSELHO

de 11 de dezembro de 2023

que altera a Decisão 2013/184/PESC que impõe medidas restritivas tendo em conta a situação em Mianmar/Birmânia

O CONSELHO DA UNIÃO EUROPEIA,

Tendo em conta o Tratado da União Europeia, nomeadamente o artigo 29.º,

Tendo em conta a proposta do alto representante da União para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança,

Considerando o seguinte:

- (1) Em 22 de abril de 2013, o Conselho adotou a Decisão 2013/184/PESC ⁽¹⁾.
- (2) Em 31 de janeiro de 2023, o alto representante da União para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança emitiu, em nome da União, uma declaração em que condena veementemente o derrube do governo democraticamente eleito de Mianmar pelas forças armadas de Mianmar, em flagrante violação da vontade do povo expressa nas eleições de 8 de novembro de 2020. Essa ação ilegítima reverteu a transição democrática do país e teve consequências desastrosas a nível humanitário, social, económico, da segurança e dos direitos humanos.
- (3) A União continua profundamente preocupada com a contínua escalada da violência em Mianmar/Birmânia e com a evolução para um conflito prolongado com implicações regionais. A União condena a persistência das graves violações dos direitos humanos perpetradas pelas forças armadas de Mianmar, que incluem a tortura, a violência sexual e baseada no género, a perseguição de agentes da sociedade civil, dos defensores dos direitos humanos e dos jornalistas e os ataques contra a população civil, incluindo as minorias étnicas e religiosas.
- (4) Na ausência de rápidos progressos na situação em Mianmar/Birmânia, a União declarou por diversas vezes a sua prontidão para adotar novas medidas restritivas contra os responsáveis por comprometer a democracia e o Estado de direito e pelas graves violações dos direitos humanos que ocorrem naquele país.
- (5) Tendo em conta que se mantém a grave situação em Mianmar/Birmânia, deverão ser aditadas quatro pessoas e duas entidades à lista de pessoas singulares e coletivas, entidades e organismos que figura no anexo da Decisão 2013/184/PESC.
- (6) Por conseguinte, a Decisão 2013/184/PESC deverá ser alterada em conformidade,

ADOTOU A PRESENTE DECISÃO:

Artigo 1.º

O anexo da Decisão 2013/184/PESC é alterado em conformidade com o anexo da presente decisão.

Artigo 2.º

A presente decisão entra em vigor na data da sua publicação no *Jornal Oficial da União Europeia*.

⁽¹⁾ Decisão 2013/184/PESC do Conselho, de 22 de abril de 2013, que impõe medidas restritivas tendo em conta a situação em Mianmar/Birmânia (JO L 111 de 23.4.2013, p. 75).

Feito em Bruxelas, em 11 de dezembro de 2023.

Pelo Conselho

O Presidente

J. BORRELL FONTELLES

ANEXO

O anexo da Decisão 2013/184/PESC é alterado do seguinte modo:

1) São aditadas à lista constante da «Secção A (Pessoas singulares a que se referem o artigo 5.º, n.º 1, e o artigo 6.º, n.º 1)» as seguintes entradas:

	Nome	Elementos de identificação	Justificação	Data de inclusão na lista
«100.	Nyo Saw	Nacionalidade: Mianmar/Birmânia; Local de nascimento: Mianmar/Birmânia; Sexo: masculino; Função: membro do Conselho de Administração do Estado (CAE) e conselheiro de Min Aung Hlaing (presidente do CAE); Patente: tenente-general; Cargo político: ministro da União.	Em setembro de 2023, o tenente-general Nyo Saw foi nomeado membro do Conselho de Administração do Estado após ter sido nomeado conselheiro principal do presidente do Conselho de Administração do Estado (CAE), o general Min Aung Hlaing (designado desde 22.3.2021), na qualidade de ministro da União. É também chefe de uma comissão encarregada de importar combustível da Rússia, o principal fornecedor de armas do regime. Nyo Saw reformou-se do exército em 2020 como quartel-mestre-general. É também membro do Comité de Supervisão das Divisas (FESC) e presidente do conglomerado militar Myanmar Economic Corporation (MEC), que geram receitas para o regime. É igualmente membro do grupo de patronos da Myanmar Economic Holdings Ltd (MEHL). Enquanto membro do CAE e conselheiro do presidente do CAE, Nyo Saw desempenha um papel fundamental na manutenção e na orquestração da ditadura militar em Mianmar, que tomou o poder através de um golpe militar em 2021 que derrubou o governo democraticamente eleito. Através do seu papel na direção de empresas militares e na gestão das importações de combustível proveniente da Rússia, incluindo para uso militar, proporciona apoio económico e rendimentos ao regime militar. Nyo Saw está associado a antigos e atuais membros do regime da junta. Nyo Saw é, por conseguinte, uma pessoa singular cujas políticas e atividades que comprometem a democracia e o Estado de direito em Mianmar/Birmânia e que participa igualmente em ações que ameaçam a paz, a segurança e a estabilidade de Mianmar/Birmânia. Além disso, Nyo Saw está associado a pessoas designadas ao abrigo da Decisão 2013/184/PESC do Conselho e do Regulamento (UE) n.º 401/2013 do Conselho, nomeadamente o general Min Aung Hlaing.	11.12.2023

	Nome	Elementos de identificação	Justificação	Data de inclusão na lista
101.	Hla Moe	Nacionalidade: Mianmar/Birmânia; Local de nascimento: Mianmar/Birmânia; Sexo: masculino; Função: comandante do Comando Leste das Forças Armadas de Mianmar (Tatmadaw); Patente: major-general.	O major-general Hla Moe é o comandante do Comando Leste. Sob o seu comando, os ataques aéreos, em especial no Estado de Kayah, aumentaram drasticamente, duplicando o total combinado de 2021 e 2022. Estes ataques aéreos cada vez mais visam civis, provocando um aumento do número de vítimas civis e de deslocados internos (de um total de 200 000 em 2022 para 250 000 pessoas, até à data, em 2023). Sob o comando de Hla Moe, as unidades militares do Comando Leste continuam a cometer graves violações do direito internacional humanitário e violações dos direitos humanos, incluindo a utilização de civis como escudos humanos, execuções extrajudiciais e fogo posto no sul do Estado de Shan e no Estado de Kayah. Além de cometerem estes atos de violência, as unidades militares entravam ativamente o fluxo de alimentos, medicamentos e bens e serviços essenciais para a população local e as pessoas deslocadas internamente. Na qualidade de comandante do Comando Leste, Hla Moe é membro das Forças Armadas de Mianmar (Tatmadaw), responsáveis por graves violações dos direitos humanos em Mianmar/Birmânia, bem como por obstruir a prestação de assistência humanitária aos civis necessitados. Além disso, as ações e atividades de Hla Moe comprometem a democracia e o Estado de direito em Mianmar/Birmânia, sendo que participa igualmente em ações que ameaçam a paz, a segurança e a estabilidade de Mianmar/Birmânia.	11.12.2023

	Nome	Elementos de identificação	Justificação	Data de inclusão na lista
102.	Hmu Htan	Nacionalidade: Mianmar/Birmânia; Data de nascimento: entre 1960 e 1975; Local de nascimento: Mianmar/Birmânia; Sexo: masculino; Função: membro do Conselho de Administração do Estado (CAE).	Hmu Htan é membro do Conselho de Administração do Estado (CAE) desde 20 de fevereiro de 2023. É também membro do Partido da União, Solidariedade e Desenvolvimento (USDP) que representa as forças militares. Em 1 de fevereiro de 2021, as Forças Armadas de Mianmar (Tatmadaw), lideradas pelo comandante-chefe Min Aung Hlaing, realizaram um golpe de Estado em Mianmar, rejeitando os resultados das eleições de 8 de novembro de 2020 e derrubando o governo democraticamente eleito. No âmbito do golpe de Estado, o vice-presidente Myint Swe, na qualidade de presidente em exercício, declarou o estado de emergência em 1 de fevereiro de 2021 e transferiu os poderes legislativo, executivo e judicial do Estado para o comandante-chefe dos Serviços de Defesa, o general Min Aung Hlaing. Em 2 de fevereiro de 2021, foi criado o CAE no intuito de exercer esses poderes, impedindo o governo democraticamente eleito de cumprir o seu mandato. Na qualidade de membro do CAE, Hmu Htan está diretamente envolvido na tomada de decisões, e é por elas responsável, no que respeita às funções do Estado e, por conseguinte, é responsável por comprometer a democracia e o Estado de direito em Mianmar/Birmânia. Além disso, o CAE adotou decisões que limitam a liberdade de expressão, incluindo o acesso à informação, e a liberdade de reunião pacífica. As forças militares e as autoridades que operam sob o controlo do CAE cometeram graves violações dos direitos humanos desde 1 de fevereiro de 2021; mataram civis e manifestantes desarmados, limitaram as liberdades de reunião e de expressão, inclusive através da limitação do acesso à Internet e da prisão e detenção arbitrária de dirigentes da oposição e opositores ao golpe de Estado. O CAE impôs ainda a lei marcial em algumas partes do país, concedendo às forças militares total autoridade sobre essa zona específica, incluindo funções administrativas, judiciais e de aplicação da lei. Nas zonas sujeitas à lei marcial, a população civil, nomeadamente os jornalistas e os manifestantes pacíficos, são objeto de ação penal por parte dos tribunais militares, o que os priva efetivamente do direito a um processo equitativo, inclusive do direito de recurso. Verificou-se também, nas zonas em que foi declarada a lei marcial, um aumento significativo das ações violentas cometidas pelas forças militares e policiais, o que constitui uma ameaça para a paz, a segurança e a estabilidade. Dada a sua qualidade de membro do CAE, Hmu Htan é diretamente responsável por essas ações de repressão e por graves violações dos direitos humanos.	11.12.2023

	Nome	Elementos de identificação	Justificação	Data de inclusão na lista
103.	Wunna Maung Lwin	Nacionalidade: Mianmar/Birmânia; Data de nascimento: 30 de maio de 1952; Local de nascimento: Mianmar/Birmânia; Sexo: masculino; Função: membro do Conselho de Administração do Estado (CAE); antigo ministro dos Negócios Estrangeiros da junta.	Wunna Maung Lwin é membro do Conselho de Administração do Estado (CAE) desde 20 de fevereiro de 2023. É também membro do Partido da União, Solidariedade e Desenvolvimento (USDP) que representa as forças militares. Em 1 de fevereiro de 2021, as Forças Armadas de Mianmar (Tatmadaw), lideradas pelo comandante-chefe Min Aung Hlaing, realizaram um golpe de Estado em Mianmar, rejeitando os resultados das eleições de 8 de novembro de 2020 e derrubando o governo democraticamente eleito. No âmbito do golpe de Estado, o vice-presidente Myint Swe, na qualidade de presidente em exercício, declarou o estado de emergência em 1 de fevereiro de 2021 e transferiu os poderes legislativo, executivo e judicial do Estado para o comandante-chefe dos Serviços de Defesa, o general Min Aung Hlaing. Em 2 de fevereiro de 2021, foi criado o CAE no intuito de exercer esses poderes, impedindo o governo democraticamente eleito de cumprir o seu mandato. Na qualidade de membro do CAE, Wunna Maung Lwin está diretamente envolvido na tomada de decisões, e é por elas responsável, no que respeita às funções do Estado e, por conseguinte, é responsável por comprometer a democracia e o Estado de direito em Mianmar/Birmânia. Além disso, o CAE adotou decisões que limitam a liberdade de expressão, incluindo o acesso à informação, e a liberdade de reunião pacífica. As forças militares e as autoridades que operam sob o controlo do CAE cometeram graves violações dos direitos humanos desde 1 de fevereiro de 2021; mataram civis e manifestantes desarmados, limitaram as liberdades de reunião e de expressão, inclusive através da limitação do acesso à Internet e da prisão e detenção arbitrária de dirigentes da oposição e opositores ao golpe de Estado. O CAE impôs ainda a lei marcial em algumas partes do país, outorgando às forças militares total autoridade sobre essas zonas específicas, incluindo funções administrativas, judiciais e de aplicação da lei. Nas zonas sujeitas à lei marcial, a população civil, nomeadamente os jornalistas e os manifestantes pacíficos, são objeto de ação penal por parte dos tribunais militares, o que os priva efetivamente do direito a um processo equitativo, inclusive do direito de recurso. Verificou-se também, nas zonas em que foi declarada a lei marcial, um aumento significativo das ações violentas cometidas pelas forças militares e policiais, o que constitui uma ameaça para a paz, a segurança e a estabilidade. Na sua qualidade de membro do CAE e antigo ministro dos Negócios Estrangeiros da junta, Wunna Maung Lwin é diretamente responsável por ações de repressão e por graves violações dos direitos humanos, bem como por ações destinadas a legitimar essas decisões a nível internacional.	11.12.2023».

2) São aditadas à lista constante da «Secção B (Pessoas coletivas, entidades e organismos a que se refere o artigo 6.º, n.º 1)» as seguintes entradas:

	Nome	Elementos de identificação	Justificação	Data de inclusão na lista
«20.	Star Sapphire Group of Companies	Endereço: Room (201), Building (C), Tet Ka Tho Yeik Mon Housing, New University Ave Rd, Yangon, Myanmar; No.30 B room 701/702 Yadanar Inya Condo Than Lwin Rd, Yangon, Yangon, Myanmar.	A Star Sapphire Group of Companies desempenha um papel importante na geração de receitas para o regime militar e no fornecimento de armas e outro equipamento utilizado pelas forças armadas. O grupo de empresas é controlado por pessoas ligadas às Forças Armadas de Mianmar e está envolvido numa vasta gama de setores empresariais, incluindo a mineração, a indústria transformadora, a defesa, os casinos, a energia, a agricultura e o comércio. Por conseguinte, a Star Sapphire Group of Companies gera receitas e presta apoio às Forças Armadas de Mianmar (Tatmadaw) e delas retira benefícios.	11.12.2023
21.	Royal Shune Lei Company Limited	Endereço: No (37), Room (10), Bahosi Housing, Lanmadaw Township, Yangon, Myanmar.	A Royal Shune Lei Company Limited é uma empresa privada que contribuiu para a aquisição de armas e equipamento militar em benefício das forças armadas de Mianmar. Como tal, apoiou ações que ameaçam a paz, a segurança e a estabilidade de Mianmar/Birmânia.	11.12.2023».